



PREFEITURA
MUNICIPAL DE
CANTAGALO

HONESTIDADE E TRANSPARÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

PUBLICADO

Jornal DOE
Edição 281 PG: 102
Data 31/05/19 a / /

LEI Nº1.471/2019

08-06-19
Rúbrica

DISPÕE SOBRE DOAÇÃO DE IMÓVEL PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO PARA AS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA DO MUNICÍPIO DE CANTAGALO-RJ, QUE JÁ OS UTILIZAM COMO MORADIA PRINCIPAL NO MÍNIMO HÁ DEZ ANOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E, ASSIM, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a doar imóveis utilizados como moradia principal pertencente ao patrimônio público municipal às pessoas de baixa renda e de sua família em situação de vulnerabilidade social, obedecidos aos seguintes critérios:

- I – Que possua, na qualidade de cessionário, termo de doação de direito de uso de imóvel constituído para moradia própria e de sua família;
- II – Que se encontre morando no imóvel, objeto do termo de doação de direito de uso, há pelo menos 10 (dez) anos;
- III – Que esteja cumprindo, na qualidade de cessionário, as obrigações previstas no termo de doação de direito de uso, firmado com o Município de Cantagalo-RJ;
- IV – Que esteja sendo destinado exclusivamente à moradia do cessionário e sua família.

§1º - A doação dos referidos imóveis será precedida de avaliação, que deverá ser feita por comissão especialmente nomeada para a tarefa, a qual procederá à perfeita identificação do bem e estabelecerá o valor do mesmo, com base em pesquisas de mercado.

§2º - A doação de imóveis a que se refere o caput será realizada mediante requerimento do cessionário perante a Secretaria Municipal de Assistência Social.



**PREFEITURA
MUNICIPAL DE
CANTAGALO**

HONESTIDADE E TRANSPARÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

§3º - O cessionário poderá optar por receber a doação do imóvel mediante escritura pública ou continuar residindo no imóvel apenas com o Termo de Cessão de Uso.

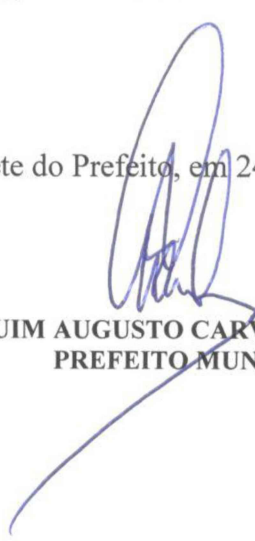
§4º - Ao cessionário que optar por não receber a doação do imóvel mediante escritura pública, serão garantidos todos os direitos previstos no Termo de Cessão de Uso já concedido, bastando não apresentar o requerimento perante a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º- Fica garantido os direitos sucessórios sobre a moradia de que trata esta lei aos herdeiros do cessionário.

Art. 3º- Caberá ao cessionário providenciar a escritura pública e o registro de imóvel junto ao Cartório de Notas e Registro de Cantagalo-RJ, observado o previsto no art. 43, IV da Lei Estadual 3.350/99.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 24 de maio de 2019.


JOAQUIM AUGUSTO CARVALHO DE PAULA
PREFEITO MUNICIPAL